



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**COMISSÃO ESPECIAL PL Nº 7200/2006 – PODER EXECUTIVO**  
**TRAMITAÇÃO EM REGIME DE URGÊNCIA (ART. 64 CF)**

**Nº 172**

**PROJETO DE LEI Nº 7200/06**  
**(Poder Executivo)**

Estabelece normas gerais da educação superior, regula a educação superior no sistema federal de ensino, altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996; 8.958, de 20 de dezembro de 1994; 9.504, de 30 de setembro de 1997; 9.532, de 10 de dezembro de 1997; 9.870, de 23 de novembro de 1999; e dá outras providências.

**EMENDA SUPRESSIVA Nº**

**Suprima-se o § 3º do art. 47 da Lei nº 9.394, de 1996, referenciado no art. 52 do PL nº 7.200, de 2006.**

**JUSTIFICATIVA**

O § 3º regrida aos tempos autoritários em que o CFE definia a frequência mínima exigida dos alunos, o que foi abolido pela atual LDB, em atenção aos princípios constitucionais da “liberdade de concepções pedagógicas” e da “liberdade de aprender”. O mínimo de frequência deve ser fixado pela IES, considerando disciplinas e atividades.

Se prevalecer a dicção do Anteprojeto, estar-se-á perdendo uma grande oportunidade para flexibilizar o ensino presencial, especialmente quando combinado com novas metodologias de ensino e de acompanhamento da aprendizagem, de um lado, e, de outro, com o desempenho do aluno e sua capacidade de aprender fora da sala de aula e da escola. Por outro lado, a exigência de presença deve se dar por disciplina e de acordo com o professor – sem dúvida o mais legítimo condutor do assunto de acordo com a proposta pedagógica da IES.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 2006.

Deputado **JULIO LOPES**

**VICE-LÍDER PP**

Deputado **NEILSON MARQUEZELLI**

**VICE-LÍDER DO PTB**

Deputado **LUCIANO CASTRO**

**LÍDER DO PL**

Deputado

Líder do

Deputado

Líder do